



02 DE FEVEREIRO DE 2016

Terça-feira

- PARA INDÚSTRIA, 2015 TERMINOU COMO O PIOR ANO DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS
- APÓS DEMISSÕES, EX-FUNCIONÁRIOS DA GM EM SÃO JOSÉ TEMEM FUTURO
- INDÚSTRIA BRASILEIRA DIMINUI RETRAÇÃO JANEIRO MAS PERMANECE LONGE DE SE RECUPERAR, MOSTRA PMI
- SINDICATOS CONVOCAM PARALISAÇÃO EM 12 AEROPORTOS PARA QUARTA-FEIRA
- COM DATA BASE DE CATEGORIA, TARIFA DE ÔNIBUS PODE SUBIR. DE NOVO
- MOTORISTAS E COBRADORES FARÃO NOVA GREVE SE O SALÁRIO NÃO FOR PAGO
- REUNIÃO EM BRASÍLIA DISCUTE RISCO DE FECHAMENTO DE UNIDADE DA PETROBRAS EM SÃO MATEUS DO SUL
- CONSUMO DE ELETRICIDADE NO PAÍS CAIU 2,1% EM 2015
- ONG VAI AO STF CONTRA USO DO FUNDO DE GARANTIA EM CONSIGNADO
- AUMENTO DO ÔNIBUS VAI ADICIONAR 0,2% À INFLAÇÃO DE CURITIBA EM FEVEREIRO
- INDÚSTRIAS DE EMBALAGEM E EÓLICA INVESTEM R\$ 540 MILHÕES NA BAHIA
- PIB DO BRASIL DEVE CRESCER EM 2017 COM IMPULSO DE EXPORTAÇÕES E PLANO DE CONCESSÃO
- MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO PODEM DESTRAVAR CRÉDITO

- GOVERNO PLANEJA UNIFICAR IDADE PARA APOSENTADORIAS DE HOMEM E MULHER
- GOVERNADORES SE REÚNEM EM BRASÍLIA PARA DISCUTIR PROPOSTAS CONTRA CRISE
- REAL DESVALORIZADO COMEÇA A BENEFICIAR INDÚSTRIAS
- VENDAS DE CARROS DE PASSEIO E COMERCIAIS LEVES RECUAM 39%
- DISTRIBUIDORAS QUEREM DEVOLVER ENERGIA COMPRADA EM LEILÕES
- IMPORTAÇÕES CAEM 36% EM JANEIRO E BALANÇA TEM SUPERAVIT NO MÊS
- TOYOTA VAI PARAR PRODUÇÃO NO JAPÃO POR UMA SEMANA POR FALTA DE AÇO
- RENAULT INAUGURA SUA PRIMEIRA FÁBRICA NA CHINA
- MÉXICO SUPERA EXPECTATIVAS E VENDAS CRESCEM 19% EM 2015
- JAC MOTORS REVÊ PROJETO DE FÁBRICA BRASILEIRA
- RECEITA AUMENTA CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE EMPRESA E PESSOA FÍSICA
- PREÇO SPOT DA ENERGIA FICARÁ NO PISO EM 2016 POR CHUVAS, PREVÊ CCEE
- EXPORTAÇÕES SUPERAM IMPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL FECHA JANEIRO COM O MELHOR RESULTADO EM NOVE ANOS
- MÉDIA DIÁRIA DE EXPORTAÇÕES EM JANEIRO TEM QUEDA DE 13,8% ANTE JANEIRO DE 2015
- COM VENDAS FRACAS, MONTADORAS VÃO ESTICAR FERIADO DE CARNAVAL

CÂMBIO EM 02/02/2016		
	Compra	Venda
Dólar	4,005	4,006
Euro	4,378	4,380

Fonte: BACEN

Para indústria, 2015 terminou como o pior ano das últimas duas décadas

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Para a indústria, 2015 terminou como o pior ano das últimas duas décadas. A avaliação é do gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, que apresentou pesquisa de indicadores do setor.

Segundo ele, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI), na média do ano, bateu no menor nível da série histórica (78,9%), iniciada em 2003.

Durante a apresentação dos dados, que mostraram o desempenho de faturamento, emprego, massa salarial, entre outros, o economista frisou mais de uma vez que os resultados foram piores até mesmo que em 2009, o ano pós-crise financeira internacional, que teve a quebra do banco Lehman Brothers como estopim, em 2008.

“Foi um ano bastante negativo para indústria e o resultado de dezembro mostrou nova piora”, observou Castelo Branco. Ele ponderou que o nível de atividade está “bastante reduzido”, alcançando vários seguimentos.

“A recessão é generalizada na economia, mas na indústria é mais acentuada”, avaliou. O economista ainda classificou 2016 como um ano de “grande incerteza”, sobretudo em relação à política fiscal. Para ele, não há expectativa de reversão no curto prazo.

As condicionantes domésticas para o crescimento, como consumo e investimentos, permanecem em queda neste ano.

Apenas para os seguimentos ligados às exportações há uma perspectiva mais positiva diante da mudança de patamar do dólar, que no ano passado subiu quase 50% frente o real.

“Os setores com demanda externa mostram sinais de reação, mas, dado o tamanho da recessão, as exportações não serão suficientes para mudar o quadro”, argumentou.

Castelo Branco se mostrou cético quanto ao último pacote de medidas anunciado pelo governo na semana passada e que promete dar impulso para os investimentos e para o consumo e previu uma nova queda da atividade industrial em 2016.

Ele ponderou, no entanto, que melhora das condições de crédito tende a dar algum alívio, mas incertezas quanto a política fiscal e a inflação continuam a pesar.

“Com o custo do crédito nos níveis atuais (juros elevados), a demanda por crédito está pequena. O pacote do governo terá algum efeito, mas não tão forte para reverter quadro”, argumentou.

Após demissões, ex-funcionários da GM em São José temem futuro

02/02/2016 – Fonte: G1

Após serem notificados da demissão por telegrama, funcionários atingidos pelo corte em massa da General Motors em São José dos Campos (SP) procuram recolocação profissional. A montadora demitiu no último sábado (30) 517 dos 798 trabalhadores que estavam com os contratos de trabalho suspensos 'layoff' desde agosto do ano passado.

Um dos demitidos é José Carlos Silva, de 44 anos. Ele trabalhou por 15 anos na empresa e afirma que viverá de trabalhos temporários enquanto não encontrar uma oportunidade definitiva.

“Decepcionado: esta é a palavra que define meu sentimento neste momento. Eu pensava que era um bom funcionário. Tenho um filho de três anos, então a gente precisa se virar”, afirma o montador.

Outro ex-funcionário, que preferiu não se identificar, conta que recebeu a notícia do desligamento no último sábado (30) por telegrama. A mensagem apenas oficializa o corte e dá detalhes sobre a rescisão.

“Já era esperado. A situação só não é pior porque minha esposa está empregada. O básico não vai faltar, mas vamos ter que cortar tudo que é supérfluo até conseguir me recolocar no mercado”, disse.

Também com 15 anos de experiência na GM, aos 37 anos e com pós-graduação, o ex-funcionário espera encontrar uma nova oportunidade na área de manutenção elétrica.

“Sei que a concorrência nesta época está ainda mais pesada, mas espero que meu currículo faça a diferença neste momento”, afirmou

Orientação

O economista Guaraci Morais afirma que as demissões nas montadoras já eram previstas e que, por conta da crise, o cenário não é animador no segmento.

“Os trabalhadores devem neste momento investir em qualificação para recolocação em outras áreas. Se quiser se manter neste segmento, é preciso estar aberto para propostas de emprego em outras regiões, pois não há perspectiva que essa mão de obra seja absorvida no setor automotivo da região”, afirmou.

O especialista também orientou que os desempregados reduzam as despesas para conseguir passar os próximos meses até uma possível recolocação profissional. Para ele, empreender neste período de crise é arriscado.

Na contramão da crise, Guaraci aponta que o setor de tecnologia da Informação desponta na oferta de mão de obra e ainda há oportunidades no segmento químico/farmacêutico e na indústria de bebidas na região.

“Novas redes que encontravam restrições para entrar no mercado hoje encontram vantagens e que novas multinacionais devem entrar no mercado brasileiro nos próximos dois anos”, disse.

Demissões

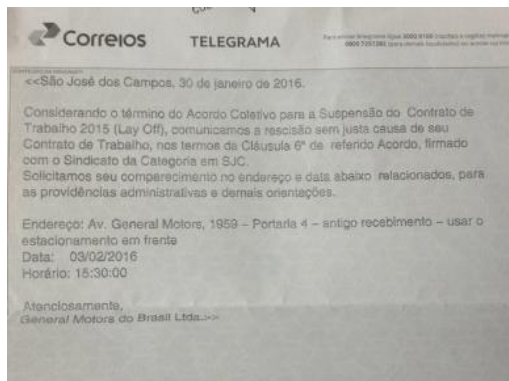
Em agosto de 2015, um grupo de 798 trabalhadores foi demitido pela GM. A empresa recuou duas semanas depois de fazer um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos na Justiça do Trabalho (TRT). Os funcionários aderiram então ao ‘layoff’ sem estabilidade, adiando as demissões por cinco meses.

Do total de trabalhadores com contratos suspensos, apenas 45 retornaram aos postos de trabalho e outros 68 entraram com pedido de afastamento. Segundo a montadora, o último grupo também deve ser demitido ao fim das licenças.

Mais de 160 profissionais já haviam se desligado da empresa, por adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Assembleia

O Sindicato dos Metalúrgicos informou que é contra as demissões e que estima um número maior de pessoas que deveriam voltar para a fábrica. O sindicato ainda informou que vai tentar agendar uma reunião com a GM e está convocando todos os trabalhadores do layoff para uma assembleia nesta quinta-feira (4).



Indústria brasileira diminui retração janeiro mas permanece longe de se recuperar, mostra PMI

02/02/2016 – Fonte: CIMM

O ritmo de contração da indústria do Brasil desacelerou no início de 2016, mas o setor permanece longe de mostrar recuperação, com quedas de produção e novas encomendas, de acordo com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado nesta segunda-feira (1).

O PMI da indústria, segundo o Markit, foi a 47,4 em janeiro ante 45,6 em dezembro, chegando ao nível mais alto em 11 meses. Entretanto, permaneceu abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração pelo 12º mês seguido.

"A pesquisa reforça o cenário de contínua recessão no setor industrial brasileiro. Embora os sinais de que a contração diminuiu mais no início de 2016 sejam um passo na direção certa, a indústria ainda tem muito a percorrer depois de registrar um 'ano perdido' em 2015", destacou o economista sênior do Markit Rob Donson.

O volume de produção da indústria continuou se contraindo em janeiro, porém a um ritmo mais fraco em todas as três categorias cobertas pela pesquisa --bens de consumo, intermediários e de investimento.

Isso foi decorrência de outra queda no fluxo de entrada de novas encomendas, devido principalmente à fraqueza do mercado interno diante da fragilidade econômica.

"Com a demanda ainda fraca, especialmente no mercado doméstico, e o impasse político, as chances de uma retomada (do setor) em breve são pequenas", disse Donson.

Por outro lado, os novos pedidos para exportação cresceram pelo segundo mês seguido, na melhor taxa dos últimos seis anos favorecidos pelo fortalecimento do dólar em relação ao real.

Mas a fraqueza geral da indústria voltou a afetar o nível de empregos, que sofreu cortes pelo 11º mês em janeiro, com perdas em todas as três categorias.

O Markit informou ainda que o enfraquecimento do real também pressionou os preços dos insumos, aliado às pressões inflacionárias, levando as fábricas a repassarem os custos aos clientes. Com isso os preços cobrados subiram pela 16ª vez seguida.

O IBGE divulga na terça-feira os números de dezembro e de 2015 da produção industrial, que sofreu no ano passado uma forte retração diante do cenário recessivo enfrentado pelo país.

Somente em novembro a produção caiu 2,4 por cento sobre outubro, pior resultado desde dezembro de 2013 e sexta mensal seguida.

Sindicatos convocam paralisação em 12 aeroportos para quarta-feira

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em campanha por reajuste salarial, os aeronautas e aeroviários convocaram uma paralisação das atividades nos principais aeroportos do país nesta quarta-feira (3). A mobilização paralisará os voos entre 6h e 8h da manhã nos terminais.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), a mobilização deverá afetar até 300 voos em todo o país, o equivalente a 10% de toda a frota.

O movimento também não descarta novas paralisações durante o carnaval, em períodos maiores, para pressionar as companhias.

A paralisação atingirá 12 aeroportos em todo o país, entre eles Guarulhos e Congonhas, em São Paulo, Galeão e Santos Dumont, no Rio, além de aeroportos em Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Brasília, Recife, Salvador e Fortaleza.

A estratégia da mobilização, que envolve tanto pilotos e tripulantes quanto profissionais das companhias em terra, é provocar o atraso nos voos no período da paralisação, o que pode afetar toda a malha aérea do País ao longo do dia.

“Somos uma categoria que presta serviço essencial à sociedade. Estamos cientes dos impactos. A contingência deve ser apresentada por parte da empresa, no sentido de realocar os voos e reagendar os horários.

“Acreditamos que no mesmo dia a malha área já volte ao normal. No máximo, no final do dia todos os voos estarão em seu horário normal”, avaliou o presidente do SNA, Adriano Castanho”.

“Temos uma preocupação muito grande com o impacto para o passageiro. Mas caso a intransigência permaneça, isso pode ser intensificado. Podemos aumentar o número de dias e o tempo de movimento, as assembleias é que vão decidir”, completou.

A categoria reivindica reposição da inflação, de 11%, além do pagamento retroativo a partir de dezembro, quando venceu a data-base de negociação entre trabalhadores e empresários. Segundo o SNA, os itens são “condições mínimas” para suspensão do movimento e não estão em negociação.

De acordo com Castanho, a categoria tentou antecipar as negociações e reduziu a lista de demandas para os empresários, mas ainda assim não houve acordo. As empresas teriam alegado problemas financeiros diante da crise econômica no País e a alta do dólar no último ano. A proposta oferecida previa reajuste zero em 2015, ou parcelamento do índice de inflação em 11 meses.

“Nos últimos dez anos, tivemos crescimento exponencial da aviação, mas todos os anos as empresas têm o mesmo discurso de crise na aviação e que não é possível reajuste acima da inflação. No último ano, houve redução de 15% no preço médio do combustível de aviação (QAV), segundo a ANP.

Calculamos uma economia de R\$ 2,3 bilhões, quase equiparando as perdas com a alta do dólar. Sabemos que o país passa um momento desafiador, mas não é o cenário desolador que as companhias têm dito”, afirmou Castanho.

Com data base de categoria, tarifa de ônibus pode subir. De novo

02/02/2016 – Fonte: Bem Paraná



A tarifa de ônibus em Curitiba subiu desde ontem para R\$ 3,70 nos dias úteis e R\$ 2,50 nos domingos. Mas em breve um novo reajuste pode ser anunciado. É que fevereiro é o mês database de motoristas e cobradores do transporte coletivo, que na noite de ontem realizaram a primeira assembleia para tratar do assunto na Praça Rui Barbosa.

Na semana passada, Roberto Gregório, presidente da Urbs, já havia admitido que a passagem de ônibus poderia subir novamente após o término das negociações. Além do lançamento da Campanha Salarial, a assembleia aprovou greve a partir do dia 6, sábado de Carnaval, caso os salários não sejam pagos até o dia 5 de fevereiro.

Uma proposta inicial de reposição da inflação foi rejeitada pelos trabalhadores, que falam em “tirar o atraso que 20 anos de pelegagem deixaram no nosso salário”. Para isso, além da reposição da inflação (que fechou o ano em 10,6%), eles cobram um bônus de R\$ 380 em parcela única e aumento de R\$ 45 no vale-alimentação.

Além conversas sobre o reajuste salarial de motoristas e cobradores e suas possíveis implicações, a cidade também deve ser agitada por manifestações. Um ato da Frente de Luta pelo Transporte estava marcado para acontecer ontem, mas foi cancelado.

Hoje, às 18 horas, não só a FPL, mas também o movimento Tarifa Zero e o Conselho Municipal de Juventude devem ir às ruas.

O ato, o segundo desde que começou a se especular sobre o aumento da tarifa de ônibus – o primeiro aconteceu no dia 22 do último mês e reuniu cerca de 100 pessoas –, terá concentração na Boca Maldita e ainda não teve o trajeto definido.

No Facebook, mais de 400 pessoas já confirmaram presença. O protesto reuniu cerca de 30 pessoas na Praça Santos Andrade ontem.

Na página do evento na rede social, os organizadores explicam quais são suas reivindicações. "Mais uma vez vamos às ruas unificados com a Frente de Luta Pelo Transporte e o Tarifa Zero contra o aumento da tarifa do transporte público em Curitiba e também pelo rompimento imediato do contrato de licitação feito com as empresas de ônibus em 2011".

Motoristas e cobradores farão nova greve se o salário não for pago

02/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Motoristas e cobradores de Curitiba e Região Metropolitana rejeitaram a proposta dos empresários para reajustar os salários conforme a inflação dos últimos 12 meses.

A decisão foi tomada em assembleia na noite de segunda-feira (1.º). Uma contraproposta também foi aprovada pela categoria. Além disso, os trabalhadores tiraram um indicativo de greve para o sábado de carnaval (6), caso o salário de janeiro não seja pago em dia, até a próxima sexta-feira (5).

A proposta aprovada é de 11% de reajuste salarial, mais R\$ 500 como novo valor no cartão alimentação e R\$ 388 de abono. Caso a inflação dos últimos 12 meses, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), supere a casa dos 11%, o valor do reajuste mudaria automaticamente pelo valor do índice, que ainda não foi divulgado.

O abono seria pago em parcela única, na volta das férias de cada trabalhador, segundo a proposta do sindicato da categoria (Sindimoc). Ano passado, a convenção pagou abono de R\$ 350. O cartão alimentação atual é de R\$ 415.

A proposta aprovada pela categoria não difere muito daquela apresentada pelo sindicato patronal (Setransp), que ofereceu o reajuste da inflação pelo acumulado nos últimos 12 meses.

Nas negociações entre as entidades, o Sindimoc já havia indicado ser contra a proposta patronal. Agora, representantes dos trabalhadores devem voltar a negociar com o Setransp, com a proposta aprovada em assembleia, um pouco mais tímida do que a protocolada inicialmente, quando o sindicato dos trabalhadores pedia reposição inflação mais 2% de aumento real.

A assessoria de imprensa do sindicato patronal informou na noite desta segunda que a entidade ainda não foi notificada da decisão dos trabalhadores e por isso não poderia comentá-la.

Greve

Além do reajuste salarial, motoristas e cobradores aprovaram uma estratégia de paralisação para esta semana, caso o salário de janeiro não seja pago em dia. Os empresários têm até a próxima sexta-feira (5), quinto dia útil do mês, para fazer o pagamento.

Caso contrário o dinheiro não entre na conta, motoristas e cobradores devem entrar em greve no próximo sábado (6), véspera do feriado de carnaval.

Tarifa técnica

A Urbs, que administra o sistema urbano de ônibus, aguarda a negociação entre motoristas e empresas para definir o novo valor da tarifa técnica de Curitiba, hoje em R\$ 3,27.

Os salários (custos com pessoal e benefícios) representam cerca de 34,94% dos custos do sistema. O que equivale a cerca de R\$ 2,50, no cálculo atual. A tarifa técnica é usada para calcular o valor repassado pela Urbs às empresas.

O novo valor deve ser divulgado até 26 de fevereiro. Até lá, o usuário já vai pagar mais caro. A tarifa urbana em R\$ 3,70 começou a valer nesta segunda-feira, aumento de R\$ 0,40 em relação ao preço anterior.

O presidente da Urbs, Roberto Gregório, justifica que o aumento no salário dos motoristas é retroativo ao primeiro dia de fevereiro, e é preciso acumular dinheiro em caixa para repassar às empresas.

Reunião em Brasília discute risco de fechamento de unidade da Petrobras em São Mateus do Sul

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O prefeito interino de São Mateus do Sul, Clóvis Distéfano, o deputado estadual Hussein Bakri e o governador do Paraná, Beto Richa, se reuniram nesta segunda-feira (1) com o ministro de Minas e Energia, Carlos Eduardo de Sousa Braga, para discutir a hipótese de fechamento da unidade de industrialização de xisto da Petrobras em São Mateus, a Six. O encontro estava marcado para esta quinta-feira (4), mas foi adiantado.

Durante o encontro em Brasília, foi protocolada uma carta na qual é defendida a manutenção da unidade. O documento argumenta que o fechamento da Six poderia gerar desemprego e afetar a arrecadação do município e do Paraná. Braga se comprometeu a analisar o pedido.

A Petrobras, desde o início das especulações não confirma o fechamento. A assessoria de imprensa da empresa afirmou, por nota, que está marcado apenas uma paralisação do parque industrial da Six para manutenção, garantindo o atendimento da norma de segurança NR13, do Ministério do Trabalho, que trata da operação de caldeiras e vasos de pressão.

O trabalho irá envolver cerca de 600 funcionários. A parada é praxe e ocorre em todas as unidades da Petrobras.

Em São Mateus do Sul, a Six já passou por processo parecido. O fechamento está marcado para o dia 13 e em aproximadamente 30 dias o funcionamento da unidade voltará ao normal, garante a assessoria.

Risco

O deputado Hussein Bakri disse que o ministro de Minas e Energia não deu prazo para uma resposta, mas iria convocar uma reunião ainda nesta semana para discutir o assunto. "Temos boas condições para reverter a situação", garantiu o deputado.

Atualmente, a Six recolhe aproximadamente R\$ 98 milhões em impostos e royalties por ano. Desse valor, R\$ 60 milhões vão para estado do Paraná e outros R\$ 20 milhões ficam para o município.

A unidade emprega entre funcionários diretos e indiretos cerca de 4 mil pessoas. Outro problema logo seria sentido pelo serviço de saneamento de São Mateus do Sul. Existe um acordo entre a empresa e a administração municipal para que todo o lixo urbano seja depositado nas cavas da usina.

Alternativa

Na conversa com o ministro também foi apresentada uma alternativa, já discutida com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) na semana passada. A intenção seria fazer o pedido de uma licença prévia que garantiria a ampliação da produção do chamado lastro, uma espécie de resíduo que fica no fundo do tanque de petróleo, que se processado e misturado com o xisto vira combustível.

Hoje, a Petrobras processa 40 toneladas por dia do lastro – com a ampliação da produção, a estatal poderia economizar custos, afirma o deputado.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou a criação de um comitê com o objetivo de propor estratégias para promoção da eficiência energética no país, o Comitê Técnico de Eficiência Energética (CTEE).

De acordo com resolução publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União e assinada pelo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, o comitê também terá como função a inserção das estratégias para eficiência energética no conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do país.

Apagões

Em 2015, o ano em que as contas de luz subiram mais de 50%, em média, os brasileiros sofreram também com o aumento dos apagões.

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, em 2015, o número de ocorrências relevantes no país subiu 23%. Foram registradas 78 ocorrências em 2014 e, no ano passado, 96. Em termos de carga interrompida, também houve aumento.

Consumo de eletricidade no país caiu 2,1% em 2015

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O consumo de energia elétrica no Brasil fechou 2015 com queda de 2,1% sobre 2014. Segundo dados da Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, divulgada hoje (1º) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foram demandados ao Sistema Interligado Nacional no ano passado 464,7 mil gigawatts-hora (GWh).

Segundo a EPE, a queda reflete a redução de 5,3% do consumo da indústria, em quase todos os seus segmentos, em decorrência do cenário econômico desfavorável ao longo do ano.

O consumo residencial também fechou os 12 meses do ano passado com queda, de 0,7%, influenciada pela alta das tarifas, registrando a maior redução desde 2004. A única classe que registrou expansão no consumo foi o segmento comercial, que apresentou um resultado positivo de 0,6%, ainda assim “muito aquém do desempenho registrado nos últimos cinco anos”, de acordo com a EPE.

No último mês do ano passado, o consumo residencial caiu pela primeira vez desde o racionamento em 2001, apresentando recuo de 0,3% em relação a dezembro de 2014. A indústria teve queda de 8,4% no período e o comércio encerrou o mês em queda de 0,2%, na mesma base de comparação.

Pela primeira vez depois do racionamento de 2001, o consumo médio nas residências brasileiras em dezembro de 2015 registrou retração. Tal resultado se deve à combinação de aspectos tais como o quadro econômico adverso, elevação da tarifa média de eletricidade ao consumidor, esta impactada tanto pelo índice de reajuste superior a 40% em algumas distribuidoras do país quanto pela incidência da bandeira vermelha nas contas de eletricidade durante o ano de 2015", justifica a EPE.

Na avaliação da empresa, "as condições desfavoráveis de emprego, renda e crédito foram determinantes para a não aquisição de novos eletrodomésticos pelas famílias: as estatísticas da PMC/IBGE (Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o volume de vendas desses equipamentos reduziu-se 12,4% no ano (volume acumulado até novembro).

A expansão de unidades consumidoras residenciais também ficou aquém da média histórica de 3,5%, desde 2004. Em 2015, 1,6 milhão de novas unidades foram acrescentadas à base, o que significa um crescimento de 2,5% em relação a dezembro de 2014.

Na classe comercial, o resultado verificado em 2015 (aumento de 0,6%) ficou longe da expansão que vinha sendo registrada nos últimos cinco anos (superior a 6%, em média), o que, para a EPE, confirma o enfraquecimento da atividade comercial e o recuo de investimentos no setor.

Em termos regionais, coube ao Nordeste a principal contribuição para o resultado ainda positivo no comércio.

Na região, que responde por 15% da classe comercial do país, o consumo cresceu 4,3%. A EPE atribui o aumento à maturação de investimentos no setor como um todo, que foram se concretizando ao longo do ano, sobretudo no primeiro semestre.

Indústria

O consumo de energia elétrica nas indústrias totalizou 169.574 GWh em 2015, recuo de 5,3% sobre o ano anterior (179.106).

As estimativas da EPE indicam que a redução de 9.532 GWh no consumo industrial do ano equivale à potência de uma usina hidrelétrica de 2.200 megawatt (MW) de capacidade instalada.

Os dados indicam ainda que o consumo no mês de dezembro foi o menor do ano, com retração de 0,6% na série dessazonalizada.

O consumo da indústria apresentou quedas mensais ao longo de 2015, que foram intensificadas no segundo semestre. O último trimestre do ano fechou com recuo de 7,7%, o maior do ano e o mais forte já registrado para o período em toda a série de consumo iniciada em 2004.

O Sudeste foi a região com o maior declínio absoluto na demanda de energia elétrica na indústria: de 5.256 GWh, o equivalente a uma usina hidrelétrica de 1.200 MW de capacidade instalada.

São Paulo (metalurgia, automotivo e produtos de metal exceto máquinas e equipamentos) e Minas Gerais (metalurgia, química e automotivo), primeiro e segundo maiores consumidores industriais do país, estão entre os estados com as maiores reduções de consumo em 2015, ressaltou a EPE.

O Nordeste do país é a região que terminou o ano com a maior queda percentual na demanda por eletricidade (-8,8%).

Os dados da EPE indicam ainda que a retração do consumo industrial no ano passado foi generalizada e atingiu 12 dos 13 maiores segmentos consumidores de eletricidade, liderados pelo setor de metalurgia, ramo industrial que mais demanda energia no país, cuja queda foi de 2,5%.

ONG vai ao STF contra uso do Fundo de Garantia em consignado

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A organização não governamental Instituto Fundo Devido ao Trabalhador anunciou que entrará com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória que vai liberar o uso de parte do FGTS como garantia em empréstimos consignados.

O governo prevê que a medida – que faz parte do pacote de crédito de R\$ 83 bilhões anunciado na semana passada e ainda não foi publicada – pode facilitar empréstimos de R\$ 17 bilhões. Na avaliação da ONG, a iniciativa é prejudicial ao trabalhador.

A ideia do Planalto é que 10% do saldo do trabalhador e a multa paga pela empresa em caso de demissão sem justa causa, equivalente a 40% do saldo, sejam usados como garantia em empréstimos com desconto em folha a trabalhadores do setor privado.

Em caso de demissão, calcula a ONG, o banco que concedeu o empréstimo ficará com até 35,7% do valor de Fundo de Garantia a que o trabalhador teria direito, para quitar o saldo devedor.

“O FGTS é uma poupança que garante uma reserva financeira ao trabalhador em momentos de demissão, aposentadoria, comprar um imóvel, tratamento de doença como câncer, HIV ou doença em estado terminal, além de outras situações de necessidade, e só pode ser investido pelo governo em habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana”, argumenta o instituto.

Taxas de juros

A expectativa do governo é que o uso do FGTS como garantia estimule os bancos a reduzir as taxas de juros.

Segundo a ONG, quem trabalha no setor privado paga juros próximos de 41% ao ano no consignado, enquanto funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS pagam de 21% a 26%.

Mas, para o presidente do instituto, Mario Avelino, a redução na taxa tende a ser muito pequena e não compensa o risco que o trabalhador vai correr.

Ele argumenta também que a maioria dos consignados feitos por empresas para seus empregados no regime da CLT já tem como garantia 30% das verbas rescisórias.

Aumento do ônibus vai adicionar 0,2% à inflação de Curitiba em fevereiro

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O reajuste na tarifa de ônibus em Curitiba deve trazer um impacto de aproximadamente 0,2 ponto percentual para a inflação de fevereiro na cidade. O preço da passagem passou de R\$ 3,30 para R\$ 3,70 nesta segunda-feira (1), uma alta de 12%.

No cálculo da inflação medida pelo IPCA, o índice usado para se estipular a meta de inflação brasileira, as tarifas de transporte urbano têm um peso de 1,63% em Curitiba, segundo o IBGE. Levando-se em conta esse índice de ponderação, a inflação causada pelo reajuste será de 0,2% em fevereiro.

A passagem de ônibus faz parte do grupo transporte, que é o que tem maior peso no IPCA de Curitiba, de 24,5%. Entram nesse segmento outros itens que tiveram reajuste forte no ano passado, como etanol e gasolina.

Em 2015, Curitiba foi a capital com o maior índice de inflação do país: 12,53%, contra uma média nacional de 10,67%. A alta dos preços de alimentos e da energia elétrica, além da elevação do ICMS no estado no ano passado, foram os principais fatores por trás da aceleração dos preços.

Indústrias de embalagem e eólica investem R\$ 540 milhões na Bahia

02/02/2016 – Fonte: CIMM

Dois novos protocolos de intenções preveem investimentos que, juntos, totalizam R\$ 540 milhões em quatro municípios baianos.

Os documentos foram assinados na tarde da última quinta-feira (28), na sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), no Centro Administrativo da Bahia (CAB), pelo secretário Jorge Hereda e representantes da empresa italiana Enel Green Power e da baiana Engepack.

Empresa do ramo de desenvolvimento, operação e geração de energia a partir de fontes renováveis, a Enel prevê o investimento de R\$ 440 milhões na instalação de três parques para produção de energia eólica nos municípios de Brumado, Dom Basílio e Rio de Contas, até 2018.

Já a Engepack, uma das maiores indústrias nacionais no ramo de embalagens PET (politereftalato de etileno), vai investir R\$ 100 milhões na modernização e ampliação da fábrica na Bahia, no Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador.

Energia eólica

A Enel Green Power ganhou por 20 anos, no Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 27 de maio de 2015, o direito ao fornecimento da energia produzida através dos parques eólicos Cristalândia I e II, que possuem capacidade instalada de 30 MW (15 turbinas) e 60 MW (30 turbinas), respectivamente.

Os parques serão construídos em Brumado (37 aerogeradores), Dom Basílio (6 aerogeradores) e Rio de Contas (2 aerogeradores) e devem entrar em funcionamento em 2018.

“No protocolo assinado estão previstos incentivos fiscais concedidos para a compra de maquinário, com a isenção do ICMS, além da adesão da Enel aos projetos estaduais Primeiro Estágio e Primeiro Emprego, prioritários para o Governo do Estado”.

“É um compromisso entre o Estado e a empresa, que se propõe a investir na Bahia, e que terá todo o apoio do Estado não só com isenção de impostos, mas também para o apoio de sua implantação, inclusive com as licenças”, explicou Hereda.

Serão gerados 500 empregos diretos e 10 postos de trabalho quando os parques estiverem em funcionamento. Durante a assinatura, o diretor de desenvolvimento de novos negócios da Enel, Marcio Trannin, destacou o potencial baiano para produção de energia a partir dos ventos e a política de atração de investimentos do poder executivo estadual. “Estamos muito felizes em estar investindo na Bahia”, disse o representante da multinacional.

A Enel já possui 18 usinas eólicas na Bahia, o equivalente a 554 MW, entre projetos em funcionamento e em fase de construção, com um montante de investimentos de cerca de R\$ 3 bilhões. A companhia também administra 410 MW de projetos solares fotovoltaicos.

Bons ventos e sol forte

Na Bahia, 46 projetos de energia eólica estão em operação. Os parques estão espalhados por 23 municípios, totalizando uma capacidade instalada de 1.159,4 MW.

Diferente dos outros estados da região, que tem projetos localizados no litoral, a Bahia concentra o potencial eólico no interior, ao longo de toda margem direita do Rio São Francisco, desde a Serra do Espinhaço até Juazeiro. O grande diferencial baiano é justamente ter bons ventos e sol intenso onde a economia é mais pobre.

O superintendente de promoção de investimentos da SDE, Paulo Guimarães observou que os investimentos têm impacto significativo na geração de emprego e renda no semiárido.

“O pagamento do arrendamento da área por estas empresas de geração de energia eólica aos posseiros, que, em geral, são agricultores familiares, tem valores significativos, que giram em torno de R\$ 10 a R\$ 12 mil por aerogerador”.

“Isso significa que só os projetos que já temos em carteira são responsáveis pela injeção de mais de R\$ 40 milhões por ano. Valores que tendem a crescer conforme os projetos forem vencendo em leilões. É uma revolução para a região do semiárido”.

Indústria PET

Com a ampliação da fábrica e o aumento da produção da Engpack, o número de empregos diretos gerados crescerá dos atuais 214 para 280.

O politereftalato de etileno é o mais resistente plástico utilizado para a fabricação de embalagens destinadas ao envasamento de refrigerantes, água, sucos, óleo comestível, medicamentos e produtos de higiene e limpeza.

De acordo com o diretor superintendente da Engpack, José Eduardo Carvalho Santos, com a ampliação, a empresa estima produzir vasilhames para envazar cerveja, leite e derivados. Entre as motivações para o investimento, o empresário citou “primeiro,

estamos acreditando nas tecnologias novas na parte [de embalagens para] leite e cerveja.

Segundo, o Governo do Estado da Bahia, que tem nos dado uma atenção boa. Terceiro, o grupo é de origem baiana. Então, acreditamos que estamos no melhor local”.

PIB do Brasil deve crescer em 2017 com impulso de exportações e plano de concessão

02/02/2016 – Fonte: CIMM

Após dois anos de recessão, a economia brasileira deve voltar a registrar crescimento em 2017, graças à ajuda do setor externo e, caso seja bem sucedido, ao plano de concessões em infraestrutura do governo. Esta é a avaliação de boa parte dos profissionais do mercado financeiro que acredita em um Produto Interno Bruto (PIB) positivo, ou pelo menos, não negativo, no próximo ano.

Por outro lado, há riscos para a concretização deste cenário, como os de ordem política e também a implementação de medidas econômicas que já deram errado no passado recente.

Conforme analistas afirmaram ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, a base de comparação fraca com o PIB de 2016, que segundo o mais recente Boletim Focus deve cair 3%, pode favorecer a expectativa de recuperação em 2017.

Além disso, já existem evidências de que a queda da atividade chegou ao fundo do poço, como a estagnação da piora da confiança dos empresários e da alta nos níveis dos estoques da indústria.

A recuperação, contudo, deverá ser lenta uma vez que a indústria, bastante debilitada, ainda tem de se reestruturar, retomando investimentos, para reconquistar mercados no exterior.

"Nos próximos anos o que vai puxar o crescimento é a demanda externa. Alguns indicadores antecedentes já mostram alguma estabilidade do pessimismo, entre eles os de demanda por exportação", diz o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (Sobeet), Luis Afonso Lima, cuja previsão para o PIB de 2017 é de alta de 1,5%.

"Alguns empresários já estão conseguindo fazer a transição para mercado externo, diante do consumo interno baixo. O câmbio desvalorizado também ajuda", completou.

Num primeiro momento, diz o economista, a retomada das exportações deve vir pelos produtos básicos, commodities agrícolas e metálicas, em que o País já tem tradição, uma vez que itens de maior valor agregado exigem investimentos que levam tempo para maturar.

Lima também vê o plano de concessões em infraestrutura como uma boa janela de oportunidade para o crescimento, que deve estimular o investimento estrangeiro. "No mundo todo, as empresas estão buscando oportunidades de expansão. Em 2015, o volume de IDP (Investimento Direto no País) foi elevado e houve melhora qualitativa, passando de serviços para indústria e agropecuária. O plano de concessões em 2016 abre as portas para estes investimentos ", disse.

Para o economista-chefe da Kinea Investimentos, Luis Fernando Horta, "sem sombra de dúvida", o setor externo deve evitar uma deterioração adicional do PIB à frente. "A alta do dólar ajuda um pouco, já que aumenta a competitividade das empresas brasileiras, mesmo diante de problemas com custo Brasil, que se mantém elevado", avaliou.

A partir do segundo trimestre deste ano, Horta estima que a economia brasileira começará a dar algum sinal de melhora, com o PIB se estabilizando até o quarto trimestre. "A confiança da indústria e do consumidor parou de piorar. Parece que há um início de melhora nas variáveis de confiança", justificou.

Apesar de reconhecer que o nível dos estoques ainda está elevado, o economista da Kinea ressalta que o setor industrial sinaliza estar fazendo alguma correção, na tentativa de retomar a produção.

Para a Kinea, o PIB deve fechar este ano com queda de 3,00% e pode voltar a crescer em 2017, com taxa positiva estimada entre 0,80% e 1,00%. No entanto, pondera que há risco de a estimativa ser revisada para baixo.

Horta afirma que se algumas medidas implementadas pelo governo no passado, que "não deram certo", como as de estímulo ao crédito e as demais medidas "não convencionais" de estímulo à economia forem retomadas, pode prevalecer o chamado 'voo de galinha'.

Simão Silber, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), acredita que a economia irá atingir o fundo do poço em algum momento do terceiro trimestre deste ano para, depois, dar início a um processo de melhora paulatina.

"As empresas estão começando a se organizar para aumentar as exportações, por causa do câmbio e devido ao enfraquecimento da demanda interna", disse.

Em sua visão, o País também conta com alguns estímulos em andamento, por meio de concessão de aeroportos, rodovias e ferrovias, além de gastos do governo que podem injetar recursos no longo prazo.

Trava política

Mas Silber, por enquanto, não enxerga possibilidade de grande virada de 2016 para 2017, dada a condição econômica e política frágeis. "Do ponto de vista político, o País tem uma estratégia estritamente de sobrevivência. Nessas condições, o setor privado se retrai", sugeriu.

E, na contramão do mercado, o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, não vê retomada em 2017 "em um cenário que a presidente não saia".

"Temos queda de pelo menos 1% no ano que vem e isso continuará sendo dado pelas dificuldades políticas que estarão ainda mais escancaradas caso a presidente Dilma Rousseff passe este ano", disse.

"São tantos riscos em conjunto que será muito difícil reconquistar a confiança e, por isso, a razão de acreditar que a recessão se mantém ano que vem", afirmou. Entre os riscos, Vale cita as dificuldades na área fiscal - "ela não conseguirá aprovar absolutamente nada no Congresso".

Em seu cenário, caso haja mudança de presidente, "tudo muda". "Em 1992, quando o Collor saiu houve uma expectativa tão positiva que a indústria disparou no ano seguinte.

Por isso, uma saída da presidente poderia melhorar um pouco a economia, nada demais, mas poderia ser um modesto crescimento de 0,5%", comentou.

Medidas anunciadas pelo governo podem destravar crédito

02/02/2016 – Fonte: CIMM



Participando pela primeira vez da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em Brasília, o presidente do Conselho de Administração da Abimaq, Carlos Pastoriza, avalia que as medidas de incentivo ao crédito devem ajudar as empresas.

"Acredito que teremos um pouco de fôlego e a economia poderá ser destravada. O aumento do crédito é fundamental para que consigamos ajudar a retomada do Brasil", ressalta.

Pastoriza destaca também o anúncio de que haverá o refinanciamento das dívidas contraídas junto ao BNDES. "Além de dar fôlego neste momento tão agudo da crise, contribuirá para que as empresas estejam preparadas e equipadas para o momento em que houver a retomada da economia brasileira".

"Sabemos que o pacote anunciado é fundamental como medida emergencial, mas o governo não pode perder de vista a necessidade de se iniciar, o quanto antes, as reformas estruturais que tanto o país necessita", completa o presidente da Abimaq.

Governo planeja unificar idade para aposentadorias de homem e mulher

02/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A proposta de reforma da Previdência que o governo elabora prevê a unificação, no longo prazo, de todos os regimes de Previdência.

As regras serão as mesmas para homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais, do setor público e do privado. O objetivo é fazer uma transição "lenta e gradual" ao longo de 20 ou 30 anos.

A **Folha** apurou que a ideia é não mudar a regra para quem está próximo da aposentadoria. Os demais trabalhadores já em atividade e os que entrarem no mercado depois das mudanças serão afetados, ainda que em parte.

Um dos efeitos da padronização de regras seria a fixação, para todos os trabalhadores do país, de uma mesma idade mínima de aposentadoria –ou de um mecanismo que atinja, na prática, o mesmo objetivo.

No caso dos servidores públicos, essa idade, em geral, é de 55 anos para mulheres e 60 para homens, mas não há essa exigência para trabalhadores sob o regime do INSS.

O governo pretende não só estabelecer esse critério para todos os regimes como também elevar o limite, que está abaixo dos padrões mundiais. A forma de elevar a idade ainda está em discussão.

Há quem defenda um mecanismo que misture idade com tempo de contribuição, como a fórmula 85/95 móvel, em vigor atualmente. Por esse mecanismo, que hoje é opcional, a soma entre idade e anos de contribuição será elevada a cada dois anos até atingir 90/100 em 2026. Na prática, implica uma idade mínima que chegaria a 60/65 anos (mulheres/homens).

MULHERES = HOMENS

A proposta do governo, no entanto, é unificar a idade mínima para homens e mulheres, equiparação que se completaria em 20 ou 30 anos.

Entre os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) só a Suíça faz distinção entre os gêneros.

A **Folha** apurou que o governo prefere evitar uma reforma paliativa, com o aumento de alguns impostos.

A reforma estrutural com unificação a longo prazo –que daria sustentabilidade ao sistema no futuro– é defendida pela equipe do ministro Nelson Barbosa (Fazenda) e por setores do Ministério da Previdência, hoje fundido com o do Trabalho.

A proposta será discutida no fórum formado por trabalhadores e empresários para discutir o tema, que deve se reunir neste mês.

Barbosa pretende enviar a proposta de reforma da Previdência ao Congresso Nacional ainda neste semestre.

RESISTÊNCIAS

A unificação das regras da Previdência rural com as da urbana deve provocar forte reação das entidades ligadas aos trabalhadores do campo.

Os trabalhadores rurais podem hoje se aposentar mesmo sem ter contribuído pelos prazos exigidos na área urbana. No ano passado, enquanto a Previdência urbana apresentou um superavit de R\$ 5,1 bilhões, a rural registrou um deficit de R\$ 91 bilhões.

Nesta linha, uma das propostas é acabar com a isenção do agronegócio no pagamento de contribuição previdenciária sobre sua receita obtida com exportação, o que poderia gerar uma receita extra de R\$ 6,5 bilhões para o caixa da Previdência.

A proposta conta com a rejeição da ministra Kátia Abreu (Agricultura). Para ela, a medida prejudicaria um dos poucos setores que estão ajudando o país a tentar sair da crise econômica.

Setores do governo ligados a movimentos sindicais são contra a instituição da idade mínima e preferem elevar a receita da Previdência Social.

Governadores se reúnem em Brasília para discutir propostas contra crise

02/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Os governadores e vice-governadores de 24 Estados e do Distrito Federal se reúnem em Brasília nesta segunda-feira (1º) para discutir propostas para angariar recursos para os Estados, que têm enfrentado dificuldades de caixa devido à crise econômica.

O encontro ocorre na residência oficial do governador do DF, Rodrigo Rollemberg, um dos articuladores do Fórum Permanente de Governadores.

Apenas o Ceará e o Rio Grande do Norte não enviaram representantes. Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Rondônia e Goiás são representados pelos vice-governadores.

O fórum foi formado no fim do ano passado para discutir meios de se enfrentar a crise, que tem provocado quedas em investimentos e crescimento do endividamento.

Em dezembro, os governadores apresentaram ao governo federal uma lista com seis propostas como mudança nos indexadores das dívidas estaduais, liberação para contrair novos empréstimos e uso de recursos de compensação previdenciária a que os Estados têm direito para abater dívidas da União.

Eles também pediram autorização para que Estados, Distrito Federal e municípios possam cobrar de planos de saúde os serviços prestados a usuários do SUS, a criação de um fundo garantidor federal para promover parcerias público-privadas, e a prorrogação dos prazos de pagamento de precatórios de cinco para dez anos e a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 74/2015 que permite a utilização de 40% dos recursos de depósitos judiciais para pagamento de precatórios.

Em janeiro, a presidente Dilma Rousseff editou um decreto presidencial para atender à reivindicação dos novos critérios de indexação dos contratos de financiamento de dívidas celebrados entre a União e os Estados, Distrito Federal e municípios.

Durante as conversas em dezembro, o governo pediu em troca apoio para a aprovação da recriação da CPMF em 2016 com o objetivo de ajudar tanto no reequilíbrio das contas públicas federais como também das estaduais.

Esta pauta, no entanto, não é consensual entre os governadores e, por isso, eles não devem elencá-la no rol de reivindicações a serem defendidas nesta semana.

Renan Calheiros

Após o encontro na residência oficial do governo do Distrito Federal, parte dos chefes estaduais se reunirá com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A intenção é pedir ao presidente do Congresso celeridade na análise das propostas que dependem do aval do Legislativo.

A orientação da presidente Dilma Rousseff é buscar estabelecer um canal de diálogo com os governadores não só para aprovar medidas econômicas de seu interesse no Congresso, mas também conquistar o apoio de boa parte dos Estados na sua batalha contra a abertura de um processo de impeachment na Câmara.

Real desvalorizado começa a beneficiar indústrias

02/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O real desvalorizado e a forte recessão começam a levar as indústrias a exportar mais e importar menos.

De 23 setores analisados, 21 aumentaram a participação das exportações na produção, enquanto a fatia dos importados no consumo caiu em 14 categorias no período entre dezembro de 2014 e novembro de 2015, mostram dados da LCA Consultores.

A tendência é mais visível nas exportações. Entre dezembro de 2014 e novembro de 2015 (último dado disponível), a participação das exportações na produção da indústria saltou de 12,2% para 14,8%. No mesmo período, a fatia das importações no consumo aparente (exclui o que foi exportado) da indústria caiu de 18,1% para 17,3%.

Os analistas alertam, no entanto, que o movimento ainda é tímido após vários anos de crescimento das importações e perda de relevância das exportações. "O processo é muito lento e a indústria leva um bom tempo para se adaptar", diz Rodrigo Nishida, economista da LCA e autor do levantamento.

Nas vendas para o exterior, a falta de competitividade brasileira dificulta a conquista do mercado externo. Segundo José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, as companhias só vêm conseguindo exportar mais por oferecer descontos de 5% a até 20% aos clientes, repassando o impacto da desvalorização do real.

A evolução do número de empresas exportadoras e importadoras também é outro indicativo da mudança no comércio exterior: 1.088 empresas começaram ou voltaram a exportar em 2015, em um total de 20,3 mil.

Por outro lado, as empresas importadoras caíram de 44,4 mil para 42,4 mil. O recuo é considerado pequenos pelos especialistas, já que as importações desabaram 24,3% em 2015.

DESTAQUES

A conquista de clientes no exterior e a troca de insumos e produtos importados por nacionais têm sido generalizada, mas alguns setores se destacam. A fatia da exportação na produção dos veículos, por exemplo, subiu de 8,5% em dezembro de 2014 para 15,3% em novembro de 2015.

Outros setores que estão aproveitando a queda do real para exportar mais são a metalurgia básica (siderurgia, produção de ferro, fundição) e celulose e papel. Já no processo de substituição de importações, o setor têxtil é um dos destaques.

A participação dos tecidos importados no consumo do país saiu de 18% de dezembro de 2014 para 14,1% em novembro de 2015. Um executivo do setor, que preferiu não

se identificar, disse que o câmbio tornou a produção interna mais competitiva. A Abit, que a indústria do setor, não deu entrevista.

"Isso não quer dizer que esses setores têm bom desempenho. A recessão no Brasil é muito forte. Essas empresas podem apenas ter perdido menos mercado que os importados", diz Nishida, da LCA.

Vendas de carros de passeio e comerciais leves recuam 39%

02/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



É o pior começo de ano para o setor automotivo desde 2007: as vendas de carros de passeio e comerciais leves caíram 38,6% na comparação entre os meses de janeiro de 2016 (149,7 mil unidades emplacadas) e de 2015 (243,9 mil). Os dados foram divulgados pela Fenabrave (federação nacional que reúne os distribuidores de automóveis).

O resultado ruim já era esperado, pois não havia estímulos que fizessem o consumidor ir às concessionárias em um mês carregado de despesas extras, como gastos escolares e IPVA.

No início do ano passado, as lojas ainda tinham estoque de modelos beneficiados pela redução do IPI (imposto sobre Produtos Industrializados), medida que vigorou até dezembro de 2014.

"Os resultados de janeiro não devem ser balizadores para as projeções do ano. Esse mês é atípico historicamente e carrega aspectos negativos", disse Alarico Assumpção Júnior, presidente da Fenabrave. O executivo lembra que houve antecipação de compras em dezembro, que terminou com 220,6 mil unidades emplacadas.

Pelas estimativas da entidade, as vendas em 2016 deverão sofrer queda de 5,2% em relação a 2015.

Contudo, a retração registrada no mês passado mostra o quanto o setor automotivo andou para trás após dez anos de crescimento contínuo nas vendas (de 2003 a 2012) e estabilização em 2013.

Em janeiro de 2014, os 299 mil carros de passeio e comerciais leves licenciados representavam o dobro do volume negociado no mês passado.

O segmento de veículos pesados também começou o ano em forte queda. A retração nos licenciamentos de caminhões e ônibus é de 43,5% na comparação entre os meses de janeiro de 2016 e de 2015.

O setor, que é um dos mais influenciados pelas previsões do PIB, espera medidas que estimulem as vendas ao longo do ano. A primeira é o aumento da participação do BNDES nos empréstimos do Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), válida desde o mês passado.

O banco elevou de 50% para 70% a parte do financiamento que poderá ser adquirida com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Os outros 30% seguirão as taxas de mercado.

Distribuidoras querem devolver energia comprada em leilões

02/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

As distribuidoras de energia estão negociando com o governo a devolução de parte da energia que foi contratada em leilões.

Segundo elas, o consumo despencou e grandes consumidores estão migrando para o chamado mercado livre –segmento no qual as empresas podem comprar e vender eletricidade por meio de contratos diretos–, o que fez sobrar um volume significativo de energia.

Por meio de uma audiência pública da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que está aberta para discutir as normas de comercialização, as distribuidoras tentam incluir uma regra que permita essa devolução. Na prática, o que as empresas querem é reduzir os volumes contratados nos leilões.

Dentro da Aneel, há o entendimento de que a impossibilidade de devolução acaba encarecendo a conta de luz, pois a distribuidora pode ficar com até 5% de energia acima da demanda e ser remunerada por isso, além de pressionar as geradoras hidrelétricas a produzir uma energia que não será usada.

Porém, a origem das preocupações das distribuidoras está no volume de energia enalhada que está acima desse percentual.

Segundo a **Folha** apurou, na média, as empresas estão com volumes acima do que seria remunerado.

A situação é a inversa da que ocorreu entre os anos de 2013 e 2014, quando os contratos de energia nas mãos das empresas eram insuficientes para suprir a demanda, forçando-as a comprar o restante por um mecanismo de ajuste –à época, o preço desse ajuste, por megawatt-hora, estava perto de R\$ 800.

O buraco foi tão grande que o governo precisou negociar com os bancos um empréstimo de R\$ 20 bilhões, que está sendo cobrado na conta de luz.

Agora, elas podem a energia que sobra vender por meio desse mesmo mecanismo. Porém, o preço do megawatt-hora está em R\$ 30.

MIGRAÇÃO

A preocupação cresce à medida que mais consumidores migram do mercado das distribuidoras para o mercado livre. Mais de 500 processos de migração estão sendo analisados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o que deprimirá ainda mais o mercado das distribuidoras.

A audiência pública sobre o tema se encerra em 17 de fevereiro. Após esse prazo, a Aneel ainda terá que deliberar sobre o tema e aprovar as possíveis mudanças.

Importações caem 36% em janeiro e balança tem superavit no mês

02/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A balança comercial brasileira fechou janeiro com um superavit de US\$ 923 milhões, o primeiro saldo positivo para o mês desde 2011 e o mais elevado em nove anos. No mês, as exportações somaram US\$ 11,2 bilhões, com queda de 14% frente ao mesmo período do ano passado.

As importações, por outro lado, despencaram 36% na mesma comparação, somando US\$ 10,3 bilhões. É o menor valor desde 2009, quando o país sofria os efeitos do agravamento da crise financeira internacional pós quebra do banco americano Lehman Brothers.

As importações têm sofrido o efeito da retração econômica e da alta do dólar, que fizeram encolher a demanda dos brasileiros por bens importados.

Esse ajuste das contas externas, que ocorre em ritmo mais acelerado do que o previsto inicialmente por economistas, tem sido importante para reduzir a dependência do país de capital externo.

No ano passado, o país registrou um superavit comercial de US\$ 19,7 bilhões, o mais elevado desde 2011.

Toyota vai parar produção no Japão por uma semana por falta de aço

02/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Toyota vai parar a produção de veículos em todas suas fábricas no Japão de 8 a 13 de fevereiro por causa da falta de aço após a explosão numa siderúrgica de uma de suas filiais.

A maior montadora de veículos do mundo informou no sábado (30) que a explosão na Aichi Steel em 8 de janeiro reduziu a produção de aço para componentes como motores, transmissões e chassis.

"As operações serão retomadas em 15 de fevereiro e a produção de veículos em linhas fora do Japão não será suspensa", disse a montadora nesta segunda-feira em comunicado.

A Toyota produziu 4 milhões de veículos no Japão em 2015, com quase 46% desse total sendo exportado.

Renault inaugura sua primeira fábrica na China

02/02/2016 – Fonte: Automotive Business

A Renault iniciou a operação de sua primeira fábrica na China, fruto de joint venture com a Dongfeng. A unidade fica em Wuhan, na província de Hubei, e tem capacidade para produzir 150 mil veículos por ano, número que pode chegar a 300 mil unidades anuais no futuro.

O primeiro modelo a sair das novas linhas de montagem é o utilitário esportivo Kadjar, que chega ao mercado da região a partir de março. Resultado de US\$ 942 milhões em investimentos, o complexo industrial inclui também centro de pesquisa e desenvolvimento e fábrica de motores.

Com o empreendimento, a Renault faz sua primeira grande ofensiva no país. Em 2015 a empresa vendeu apenas 23 mil carros na região, número inexpressivo comparado ao mercado de 20 milhões de veículos.

Até então, a estratégia era dar prioridade aos negócios da parceira Nissan. Além de inaugurar fábrica local, a Renault expande sua rede de concessionárias, que saltará de 125 casas para 150 lojas até o fim deste ano.

Apesar de ser o maior mercado global, a China vem perdendo o vigor de seu crescimento e a marca francesa começa a produzir no país justamente no momento em que as vendas desaceleram.

A expectativa é de que o mercado interno cresça de 4% a 6% em 2016, porcentual bem mais tímido do que os avanços de dois dígitos registrados em anos anteriores.

Além do Kadjar, a planta montará a versão elétrica do sedã Fluence a partir de kits CKD importados da Coreia. A operação deve ser restrita a poucas unidades, já que a o modelo tem custo elevado no mercado chinês.

México supera expectativas e vendas crescem 19% em 2015

02/02/2016 – Fonte: Automotive Business



Impulsionado por uma forte demanda doméstica, o mercado do México registrou um novo recorde de vendas de veículos em 2015 ao atingir volume de 1,35 milhão de unidades, crescimento de 19% sobre o ano anterior, índice que superou as expectativas dos analistas, embora tivessem antecipado o novo recorde antes do fim do ano, aponta a consultoria Focus2Move, citando dados da Amia, associação que reúne as montadoras no país.

Do total vendido, 53% foram de veículos importados e os demais 47% produzidos localmente. A indústria mexicana entregou 3,39 milhões de unidades no ano passado, incremento de 5,6% no comparativo anual.

As exportações também alcançaram nível recorde, com 2,75 milhões de veículos, alta de 4,4%, sendo 82% para a região TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte). Houve crescimento dos embarques para Europa, África, Canadá e Estados Unidos, ao contrário das regiões da América Latina e Ásia que apresentaram taxas negativas.

A Nissan foi a líder de mercado com 25,7% de participação e vendas de 327,1 mil unidades, alta de 19%, seguida pela GM (Chevrolet) com 244,6 mil veículos, volume 18,3% maior que o registrado pela marca no ano anterior.

A associação dos distribuidores do México – AMDA - prevê um novo recorde de venda em 2016, para algo em torno de 1,43 milhão de unidades, o que representaria crescimento de 5,9% sobre 2015.

JAC Motors revê projeto de fábrica brasileira

02/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A JAC Motors enfim jogou a toalha do plano de construir fábrica para 100 mil carros por ano no Brasil. O projeto anunciado em 2011, que se arrasta desde então sem qualquer evolução, foi readequado.

Agora a companhia confirma que pretende apenas montar veículos no Brasil a partir de kits importados da matriz chinesa, sem a pretensão de instalar linha de produção completa.

A planta terá capacidade para 20 mil unidades anuais, com início da operação previsto para o primeiro trimestre de 2017 com o utilitário esportivo T5. “Com volume menor, tivemos de abandonar a ideia de produzir carro barato e buscar melhor economia de escala com um SUV”, esclarece Eduardo Pincigher, diretor de assuntos corporativos da empresa no Brasil. Assim como o plano anterior, a unidade será instalada na Bahia.

A empresa ainda pondera se vai construir a estrutura necessária no terreno que já tem na cidade de Camaçari ou se o melhor é alugar um espaço já pronto em outro município.

O T5 chega importado e começa a ser vendido antes da inauguração da unidade, em março deste ano, com preços que começam na faixa dos R\$ 60 mil. O novo projeto demanda investimento de R\$ 200 milhões, mais suave do que o aporte de R\$ 1 bilhão necessário para o concretizar o plano anterior.

Ao enxugar as ambições para a sua fábrica nacional, a empresa também alivia a burocracia envolvida no processo ao desfazer a sociedade com a matriz chinesa. “Por ser uma estatal, cada detalhe tinha de ser aprovado pelo governo chinês também. Isso atravancava o processo. Agora vamos conseguir andar mais rápido”, acredita Pincigher.

Segundo ele, o negócio continuará amparado pela matriz da empresa, que garantirá boa parte da infraestrutura, como máquinas e projetos de engenharia, mas caminhará

de forma independente. A saída da parceria chinesa também reflete o tombo do mercado nacional de veículos, que levou junto a operação local da JAC Motors.

Em 2011, ano em que fez sua estreia no Brasil, a empresa vendeu 3 mil carros em seu primeiro mês cheio de atividades, com apenas dois modelos no portfólio, o hatchback J3 e o sedã J3 Turin. Na época a meta era alcançar vendas anuais de 35 mil veículos.

As coisas, no entanto, não evoluíram como o esperado e em 2015 a empresa terminou o ano com pouco mais de 5 mil carros emplacados, apesar de ter oito modelos na gama.

O convidativo mercado brasileiro, que seria a porta de entrada da JAC Motors para o ocidente na visão dos executivos da empresa na China, perdeu boa parte de seu brilho. Pincigher aponta que a região permanece importante no cenário automotivo global, mas o potencial fica para o longo prazo.

“Ainda temos uma relação de número de habitantes por veículo menor do que a da Argentina, um território enorme e, portanto, a expectativa de voltar a ser um dos maiores mercados do mundo no futuro”, diz. Ele aponta que a marca quer garantir seu espaço, firmando-se entre as médias e grandes empresas do setor em volume de vendas na região.

INOVAR-AUTO AINDA É DESAFIO

Por mais que a JAC Motors defenda o potencial do mercado brasileiro, o fato é que a empresa tem mais um bom motivo para seguir com o plano de montar carros localmente, ainda que de forma mais tímida.

A companhia precisa cumprir o compromisso com o governo firmado quando se habilitou como investidora no Inovar-Auto, regime automotivo que entrou em vigor em janeiro de 2013.

O programa impõe o adicional de 30 pontos percentuais no IPI das empresas que não cumprirem algumas exigências, como atingir metas de eficiência energética. Além disso, a política industrial concede cota de 4,8 mil carros que pode ser importada anualmente sem a alíquota majorada.

No caso das montadoras que se inscreveram com programas de investimento no Brasil, o Inovar-Auto concede crédito presumido de IPI para a importação de carros até que a produção local seja inaugurada. Este é um dos compromissos que podem ter influenciado a empresa a investir na montagem local mesmo com a queda do mercado.

“Temos feito reuniões com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para apresentar o novo projeto a eles e atender a todas as exigências”, conta Pincigher.

Ele assegura que a companhia não tem preocupação com o crédito presumido de IPI, já que, com o volume de vendas mais baixo, a cota de importação de 4,8 mil unidades tem sido suficiente e não foi necessário recorrer ao volume adicional.

Com o projeto mais enxuto, a empresa pretende se adequar a outra categoria do Inovar-Auto: a de fabricante com baixo volume de produção, restrita a empresas com capacidade produtiva de até 35 mil unidades por ano.

A estratégia é igual a usada pelas marcas premium BMW, Audi e Jaguar Land Rover para montar automóveis localmente sem a necessidade de atingir índice de conteúdo nacional tão elevado nos carros.

Para se habilitar nesta categoria, no entanto, é necessário investir R\$ 17 mil em ativos fixos por unidade prevista para a capacidade produtiva, o que no caso da JAC Motors daria R\$ 340 milhões, montante superior aos R\$ 200 milhões que a empresa reserva para a operação.

Desta forma, ainda deve demorar alguns meses para que a empresa chegue a um consenso com o governo sobre o projeto de fábrica nacional. Na prática, o novo anúncio da JAC Motors dá um horizonte mais realista para a marca no Brasil, mas ainda deixa margem para dúvidas sobre o potencial que o plano tem de se concretizar.

Receita aumenta controle de movimentação financeira de empresa e pessoa física

02/02/2016 – Fonte: R7

Em meio à regulamentação da lei que permite a regularização de recursos não declarados no exterior, a Receita Federal aumentou o controle de informações de movimentação financeira das empresas e pessoas físicas com a entrada em vigor, este ano, de uma nova declaração de informações, a e-financeira.

Além dos bancos que já enviavam os dados de seus clientes, as seguradoras, corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, administradores de consórcios e as entidades de previdência complementar também terão que prestar informações ao Fisco brasileiro.

A nova declaração vai servir também para atender as regras do Fatca, o acordo de troca de informações de contas bancárias assinado pelo Brasil com os Estados Unidos que busca combater a evasão fiscal, o financiamento do terrorismo, narcotráfico. As primeiras informações trocadas com os americanos ocorreram em setembro do ano passado.

A primeira declaração de e-financeira, referente a 2015, terá que ser entregue até o último dia útil de maio. O envio da declaração será semestral. Os dados fornecidos serão cruzados pelos fiscais da Receita com as informações prestadas pelos contribuintes na declaração do Imposto de Renda. Nos casos de indícios de irregularidades, os contribuintes serão chamados a dar explicações ao Fisco.

A e-financeira vai substituir a Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof), que não precisará mais ser enviada à Receita para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Essa declaração foi criada pela Receita quando a CPMF, tributo que incidia sobre a movimentação bancária, foi extinta. O Fisco alegou, na ocasião, que precisava de uma nova fonte de informações para o combate à sonegação e evasão fiscal. A CPMF tinha a vantagem de garantir o acesso à movimentação bancária dos contribuintes, facilitando o cruzamento de dados.

Para o coordenador de Estudos e Atividades Fiscais da Receita Federal, Paulo Cirino, a e-financeira e o acordo do Fatca vão "estimular" os contribuintes a regularizarem os recursos não declarados no exterior.

Segundo ele, a declaração vai permitir à Receita identificar a omissão de rendimentos e dados financeiros que não foram registrados em sua origem e destino. Ele citou, por exemplo, um contribuinte que movimenta R\$ 100 mil por mês, mas a renda declarada é de R\$ 20 mil.

"A e-financeira vai contribuir para o cumprimento das regras do acordo bilateral com os Estados Unidos", disse o coordenador. A declaração vai captar informações de poupança, aplicações em fundos de investimento, aquisições de moeda estrangeira, ativos em custódia, consórcios, além da movimentação da conta bancária.

Para as empresas, os bancos terão que informar a movimentação mensal superior a R\$ 6 mil e para as pessoas físicas, acima de R\$ 2 mil. O coordenador da Receita rebateu as críticas de que a nova declaração representa uma quebra do sigilo bancário.

Segundo ele, a "matriz legal" que permitiu a criação da e-financeira foi a lei complementar 105, que dispõe sobre o sigilo bancário das instituições financeiras. Ele disse que a declaração foi construída com a participação dos setores envolvidos.

Preço spot da energia ficará no piso em 2016 por chuvas, prevê CCEE

02/02/2016 – Fonte: R7

O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), utilizado no mercado de curto prazo de energia elétrica, deverá seguir em uma média de 30 reais por megawatt-hora, mínimo permitido pela regulação, durante todo o ano nas regiões Sudeste/Centro-Oeste, Sul e Norte, projetou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) nesta segunda-feira.

A previsão deve-se à hidrologia favorável esperada em 2016, após janeiro ter chuvas acima da média na região das hidrelétricas, o que favorece uma rápida recuperação dos reservatórios, explicou o gerente de Preço da CCEE, Rodrigo Sacchi, em videoconferência.

No Nordeste, que passou por forte seca, o PLD, hoje em 139,88 reais por MWh, deverá cair gradualmente até chegar a 30 reais em junho, nível que se manteria até fevereiro de 2017.

Nas demais regiões, os preços devem se manter na casa dos 30 reais por MWh até março de 2017.

"A hidrologia no Sudeste está adiantada em relação ao normal para esta época do ano... no Norte e no Nordeste, ela está com atraso, (então) é de se esperar que aumentem as aflúncias, possibilitando uma melhoria da condição energética como um todo", explicou Sacchi.

Nesse cenário, a CCEE projeta que os reservatórios das hidrelétricas do Brasil deverão subir rapidamente até um pico de 77 por cento da capacidade em maio, ante 41 por cento no final de janeiro. Se alcançada essa marca, seria o melhor nível desde maio de 2012.

A previsão da CCEE considera que usinas termelétricas com custo de operação de até 600 reais continuem ligadas até abril de 2016, quando haveria redução no nível de geração térmica.

DÉFICIT HÍDRICO MENOR

A expectativa da CCEE é que a melhoria nas condições de chuvas que permitiram um aumento da geração hidrelétrica neste ano frente a 2015.

Com isso, a Câmara projeta um déficit de geração hídrica em relação à garantia física - -que é uma estimativa de quanto essas usinas podem gerar-- de 8,7 por cento em 2016, ante um déficit de 15,7 por cento em 2015.

No ano passado, o alto déficit das hidrelétricas fez as empresas acionarem a Justiça, o que obrigou o governo federal a apresentar um acordo para compensar parcialmente a perda das empresas do setor com a seca.

Com essa negociação, as hidrelétricas puderam escolher passar total ou parcialmente aos consumidores o risco de menor geração já a partir deste ano, em troca de uma redução futura nos preços da energia.

Exportações superam importações e balança comercial fecha janeiro com o melhor resultado em nove anos

02/02/2016 – Fonte: R7



A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de R\$ 3,7 bilhões (US\$ 923 milhões) em janeiro, resultado de exportações de R\$ 45,1 bilhões (US\$ 11,246 bilhões) e importações de R\$ 41 bilhões (US\$ 10,323 bilhões).

O resultado é o melhor para o mês desde 2007, quando o saldo ficou positivo em R\$ 10 bilhões (US\$ 2,523 bilhões). Os números foram divulgados nesta segunda-feira, (1º), pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

O saldo do mês passado é o primeiro a registrar superávit em meses de janeiro dos últimos cinco anos. O último dado positivo foi observado em 2011. Em janeiro de 2015, o resultado comercial havia apresentado saldo negativo de R\$ 12,4 bilhões (US\$ 3,173 bilhões).

Na última semana do mês, a balança teve saldo positivo de R\$ 2,4 bilhões (US\$ 608 milhões), com vendas externas de R\$ 10,8 bilhões (US\$ 2,736 bilhões) e importações de R\$ 8,4 bilhões (US\$ 2,128 bilhões).

Metodologia

A partir deste mês, o MDIC passa a adotar nova metodologia para a análise de dados da balança comercial. As mudanças não alteram valores de exportação, de importação e, conseqüentemente, do saldo comercial.

A partir de agora, contudo, o MDIC vai utilizar a CGCE (Classificação por Grandes Categorias Econômicas) para fazer a análise dos dados, ao invés da CUODE (Classificação Segundo o Uso e Destino Econômico), que não tinha comparabilidade internacional.

As estatísticas comerciais divulgadas no site do MDIC já estão no novo modelo. A Secex também disponibilizou uma série histórica desde 1997, na metodologia CGCE, para que os usuários consigam fazer comparações utilizando a mesma base de informações.

A principal mudança é a forma como as categorias de produtos "bens de consumo", "bens intermediários" e "bens de capital" são divididos. Na prática, as alterações serão as seguintes: produtos classificados como "peças e partes de bens de consumo" e "peças e partes de bens de capital" serão agora incluídos dentro de "bens intermediários" e não mais em "bens de consumo" e "bens de capital", respectivamente. Além disso, houve a mudança na distribuição de países dos "Blocos e Países".

A mudança mais significativa é extinção do bloco "Europa Oriental". Os países que faziam parte dele foram redistribuídos para a Ásia e Europa.

Média diária de exportações em janeiro tem queda de 13,8% ante janeiro de 2015

02/02/2016 – Fonte: R7

As exportações brasileiras registraram média diária de US\$ 562,3 milhões em janeiro, queda de 13,8% em relação ao mesmo mês de 2015. Já as importações registraram média diária de US\$ 516,1 milhões, com retração de 35,8%. Os números foram divulgados nesta segunda-feira, 1, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O resultado das exportações é explicado, pela retração dos embarques de semimanufaturados (-21,3%, para US\$ 1,853 bilhão), básicos (-14,7%, para US\$ 4,753 bilhões) e manufaturados (-8,3% para US\$ 4,338 bilhões).

Os semimanufaturados tiveram impacto da queda nas vendas de ferro fundido (-67%), semimanufaturados de ferro e aço (-53,9%), açúcar em bruto (-45,6%) e óleo de soja em bruto (-32,8%).

Já os básicos tiveram redução nos embarques de fumo em folhas (-45%), minério de ferro (-42,4%), café em grão (-30,2%) e petróleo em bruto (-28,3%).

Os manufaturados, por sua vez, apresentaram decréscimo nas vendas de açúcar refinado (-45,9%), máquinas para terraplanagem (-42,9%) e suco de laranja congelado (-26,3%).

Pelo lado das importações, decresceram as compras de combustíveis lubrificantes (-60,6%), bens intermediários (-35,4%), bens de consumo (-28,8%) e bens de capital (-21,8%).

Com vendas fracas, montadoras vão esticar feriado de carnaval

02/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Com queda de quase 40% nas vendas em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2015 e sem perspectivas de melhoras no mercado, as montadoras decidiram esticar o feriado do carnaval.

Até agora, seis grandes montadoras - Ford, General Motors, MAN, Mercedes-Benz, Volkswagen e Volvo - anunciaram paralisações de uma semana ou mais a partir de

segunda-feira. A Fiat já deu férias coletivas para a maior parte dos funcionários em Betim (MG), de 27 de fevereiro a 15 de março. A Ford vai parar as máquinas na fábrica de Camaçari (BA) no dia 8 e só retorna dia 29.

A GM suspenderá a produção nas unidades de Gravataí (RS) e Joinville (SC) por três semanas, enquanto na Volvo, de Curitiba, o trabalho será suspenso por quase um mês na linha de ônibus e por três semanas na de caminhões (na semana do carnaval e depois entre os dias 22 de fevereiro e 7 de março).

Volkswagen, Mercedes-Benz e MAN Latin America acumularam dias de paradas por causa da redução de jornada, como previsto no Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e também dispensam os funcionários na próxima semana nas unidades de São Bernardo do Campo (SP) e Resende (RJ).

O mesmo procedimento ocorrerá na fábrica da Volks em São José dos Pinhais (PR) e na da Mercedes em Juiz de Fora (MG) - nesse caso para compensação futura. As informações são das empresas e dos sindicatos dos metalúrgicos.

Além da falta de demanda, a Volkswagen enfrenta um problema extra. As fábricas de São Bernardo e de Taubaté ficaram paradas nesta segunda por falta de bancos para produção e vão manter a paralisação na manhã de terça.

Segundo os sindicatos, a fornecedora de estrutura para bancos Keiper não está entregando produtos e os estoques acabaram. Nenhum representante da Keiper foi localizado para comentar o problema, que já ocorreu em diversas vezes no ano passado.

A GM informou nesta segunda-feira, 10, ter demitido 517 de um total de 798 funcionários que estavam em lay-off há cinco meses e deveriam retornar ao trabalho nesta semana.

A empresa avalia ainda a situação de 68 trabalhadores do grupo que estão afastados por problemas de saúde ou por outras razões. Desse grupo, 168 entraram para um programa de demissão voluntária e 48 voltaram ao trabalho.

Mercado fraco. As vendas de veículos em janeiro somaram 155,3 mil unidades, 38,8% menos que em igual mês de 2015 e 31,8% inferior aos resultados de dezembro. Foi o pior resultado mensal desde fevereiro de 2007, quando foram comercializados 146,7 mil unidades. Também foi o pior janeiro em nove anos. Só o segmento de caminhões caiu 43,8% em um ano.

Segundo o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Alarico Assumpção Júnior, o ano começou "sem expectativa de crescimento, porém, os resultados de janeiro não devem ser balizadores para as projeções para 2016".

A Fenabreve prevê queda de 5,2% nas vendas em 2016, enquanto a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) trabalha com recuo de 7,5%, para 2,4 milhões de veículos. Em 2015, as vendas caíram 26,6% em relação a 2014.